

Não houve mudança nos números de acordos ou licenciamentos referentes a essa modalidade de PI após a implantação da vitrine.”

Sobre o comentário da ICT8, é possível afirmar que, de fato, a VT tem valor social na publicidade das tecnologias que independe de valor financeiro. Porém, acredita-se que o fato de a VT não gerar retorno financeiro não significa que não seja eficiente na divulgação das tecnologias. Além disso, é possível associar o valor social ao valor financeiro, como ocorreu com a ICT2.

Já em relação ao comentário da ICT10, é importante mencionar que a ICT10 possui uma VT que contém apenas compilação dos dados da tecnologia e um texto simples para profissionais da área (Quadro 11) e talvez por isso, a sua VT não atinja um público maior possibilitando a geração de valor econômico. Entretanto, vale ressaltar que o valor considerável de *royalties* recebido por essa ICT indica que ela possui outras maneiras de divulgar as tecnologias e de se aproximar do setor produtivo.

De fato, a VT, tem valor social na publicidade das tecnologias. E independe de valor financeiro. O fato de a VT não gerar retorno financeiro não significa que não seja eficiente na divulgação. Podemos perceber no caso da ICT2 que além do valor social, é possível sim aproveitar a VT para gerar valor financeiro. Sobre a obrigatoriedade mencionada pela ICT10, observa-se que essa ICT só tem compilação dos dados da tecnologia e um texto simples para profissionais da área, e talvez por isso a sua VT não atinja um público maior e seja capaz de gerar valor econômico.

A ICT15 não soube informar os valores recebidos e sobre a questão do impacto da VT no recebimento de *royalties* apresentou a seguinte justificativa:

ICT15: “A Vitrine é necessária, mas não suficiente. Configura-se como uma ação passiva para divulgação dos ativos intelectuais.”

Concorda-se que a VT sozinha não é suficiente e que outras questões são importantes, como a própria política de inovação institucional. Porém a VT, ao associar-se com esses outros fatores, pode contribuir significativamente para a realização de processos relacionados a TT. Tem-se como exemplo a ICT2.

Já as demais ICTs (ICT1, ICT4, ICT5, ICT6, ICT7, ICT11, ICT13) afirmaram que não receberam *royalties* e apresentaram as seguintes justificativas:

ICT1: “O único licenciamento ainda não chegou na fase de comercialização e pagamento de royalties pela empresa.”

ICT4: “Não houve licenciamento com recebimento de recursos dos pedidos que constam na Vitrine tecnológica.”

ICT6: “Precisamos melhorar a divulgação da vitrine.”

No caso da ICT1, percebe-se que ainda não recebeu *royalties*, mas o processo está em andamento. Ou seja, o retorno financeiro virá. Caberia refletir se esse único licenciamento foi influenciado ou não pela VT.

A ICT4 afirma não ter realizado nenhum licenciamento em decorrência da VT. É importante observar que essa ICT não teve interação com empresas após a implantação da VT (Quadro 14). Além disso, de acordo com o quadro 11, ela apresenta apenas compilação de dados na sua VT. Tais fatos levam a reflexão sobre a importância da VT. Seria possível supor que se a ICT realizasse um melhoramento na sua VT, de forma a apresentar mais informações e detalhes sobre suas tecnologias, estas poderiam se tornar mais atrativas e acessíveis, o que poderia, em última instância, possibilitar maior interação com empresas e consequentemente a realização de algum tipo de TT em virtude da VT.

A ICT6 afirma que melhorias em sua VT são necessárias, talvez isso se justifique pelo fato da ICT ter sido procurada por empresários e *startups* (quadro 12) e por isso a preocupação em melhorar e assim alcançar um maior número de interação.

O processo de TT é muito complexo e envolve várias outras questões, como aspectos culturais e a política de inovação da ICT, a VT pode ser considerada como um dos seus processos. E para que possa cumprir seus objetivos, é necessária uma atenção especial na sua construção, implantação e manutenção.

4.4 PROPOSTA DE UM MODELO DE VT

De acordo com a consulta aos *sites* das ICTs e nas respostas dos questionários pode-se indicar como itens relevantes e necessários para compor uma boa VT, capaz de proporcionar uma maior divulgação das tecnologias desenvolvidas

nas ICTs, maior visibilidade e aproximação entre universidade-empresa os seguintes itens:

- *Link* direto para a VT na página inicial da ICT;
- Título;
- Resumo/descrição;
- Nome e contato dos inventores ou da Agência de Inovação;
- Nível de maturidade;
- Possibilidade de aplicação;
- Vídeo explicativo e
- *Link* eficiente de ferramenta de busca.

O *link* direto para a VT na página inicial da ICT se justifica pois na maioria das ICTs é necessário fazer uma busca para a localização da VT e o *link* na página inicial da ICT é um facilitador para o usuário, que muitas vezes não tem familiaridade com o portal institucional.

Obviamente, o título da tecnologia é fundamental para chamar a atenção do usuário. Importante mencionar que, o título bem definido também é um direcionador.

O resumo/descrição da tecnologia associado a um vídeo explicativo pode ser mais esclarecedor para o usuário. De acordo com os questionários, as ICTs que tinham texto para leigo ou vídeo explicativo da tecnologia foram procuradas por empresários e *startups* por causa da VT. Essa procura resultou em interação com empresas, do tipo co-desenvolvimento e licenciamento de tecnologia na maioria dos casos.

Já o nome e contato dos inventores ou da Agência de Inovação também são de suma importância para esclarecimento de dúvidas e informações mais detalhadas a respeito da tecnologia. Considerando a resposta consenso de limitação de corpo técnico, a possibilidade de contactar diretamente os inventores demandaria menos desses funcionários já sobrecarregados e facilitaria o processo por meio de um contato mais direto.

Saber o nível de maturidade da tecnologia, de acordo com Ribeiro (2019), apresenta vantagens que irão auxiliar a pessoa interessada na tecnologia pois através do nível de maturidade é possível saber: qual o prazo para introdução da tecnologia no mercado e seu prazo de permanência no mercado; dimensionar os investimentos e os riscos financeiros envolvidos e definir a demanda e o potencial da

tecnologia. Associada ao nível de maturidade, a informação sobre a possibilidade de aplicação da tecnologia permite ao usuário da VT vislumbrar o alcance da tecnologia e, assim, afetar diretamente na tomada de decisões.

A utilização de vídeo explicativo possibilita apresentar a tecnologia de forma mais dinâmica e com a descrição do próprio criador, permitindo um melhor detalhamento das informações.

Por fim, possuir um *link* eficiente de ferramenta de busca na página da VT também é essencial, pois através de palavras-chaves é possível localizar todas as tecnologias disponível de forma muito mais rápida, de acordo com os interesses do usuário.

Além desses itens considerados essenciais, é importante também definir a periodicidade das atualizações, realiza-las e explicita-las.

Sugere-se também, criar *links* específicos para cada perfil de usuário. Ou seja, *links* separados voltados para pesquisadores e indústria. No caso dos pesquisadores, poderia conter informações sobre a disponibilidade de colaboração em pesquisas e contato dos pesquisadores da ICT. No perfil da indústria, informações sobre a possível monetização da tecnologia, o mercado de atuação e, ainda um espaço para a empresa informar as suas demandas específicas.

Além da divulgação das tecnologias, a VT também pode ser um espaço de divulgação das ações desenvolvidas pelos NITs, com possibilidade de postagem de conteúdo (notícias e eventos relacionados a PI, TT, inovação e empreendedorismo). Podendo também divulgar editais, chamadas e iniciativas da própria comunidade acadêmica, sendo também uma maneira de atrair pessoas.

Outra opção para melhorar a comunicação entre usuários e o NIT, seria criar uma caixa de diálogo para que os interessados possam tirar dúvidas ou deixar e-mail para receber notícias sobre os temas e tecnologias abordadas pela VT e a utilização de *newsletter*.

Para aumentar o alcance de divulgação, sugere-se disponibilizar também na VT a interação com as redes sociais. Com ênfase ao *LinkedIn*, que é uma rede social voltada para negócios e divulgação de eventos profissionais.

Uma possibilidade de atrair possíveis parcerias, não só com empresas/governo, mas com outros pesquisadores, seria disponibilizar, além das tecnologias as *expertises* da comunidade acadêmica da ICT, por meio do *software* SOMOS, licenciado pela UFMG. Justifica-se a inclusão na página da VT para se

manter integrado todas as possibilidades de parcerias que podem ocorrer em virtude do *software* e da própria VT.

Acredita-se também que disponibilizar na VT um relatório das transferências de tecnologia efetuadas seria importante para demonstrar a experiência da ICT, oferecendo maior credibilidade e conseqüentemente maior segurança para realizar negócios/parcerias.

Por fim, disponibilizar uma versão em inglês da VT para aumentar o alcance e visibilidade também é bastante benéfico para a eficiência de divulgação.

Portanto, propõe-se como estrutura básica de uma VT, informações com título, resumo/descrição da tecnologia, nome e contato dos inventores ou da Agência de Inovação, nível de maturidade, possibilidade de aplicação, vídeo explicativo e *link* eficiente de ferramenta de busca.

Quanto ao caso específico da UFSJ, sugere-se um novo *layout* e *design* para a sua VT utilizando-se alguma das plataformas disponíveis para criação de *design*.

Para a página inicial de divulgação das tecnologias, sugere-se o *design* da figura 24. Para acessar o portfólio das tecnologias clicar no nome da área da patente. E em seguida o usuário será redirecionado para outra tela contendo todas as tecnologias disponíveis daquela área. (Figura 25). Para ter acesso as outras informações disponíveis na tela, clicar no assunto de interesse “Contratos de Licenciamento UFSJ”, “*Newsletter*”, “SOMOS”, “Entre em contato” ou no *link* de Busca e será apresentado em uma outra tela as informações desejadas.

Figura 24 – Proposta de tela inicial da VT.

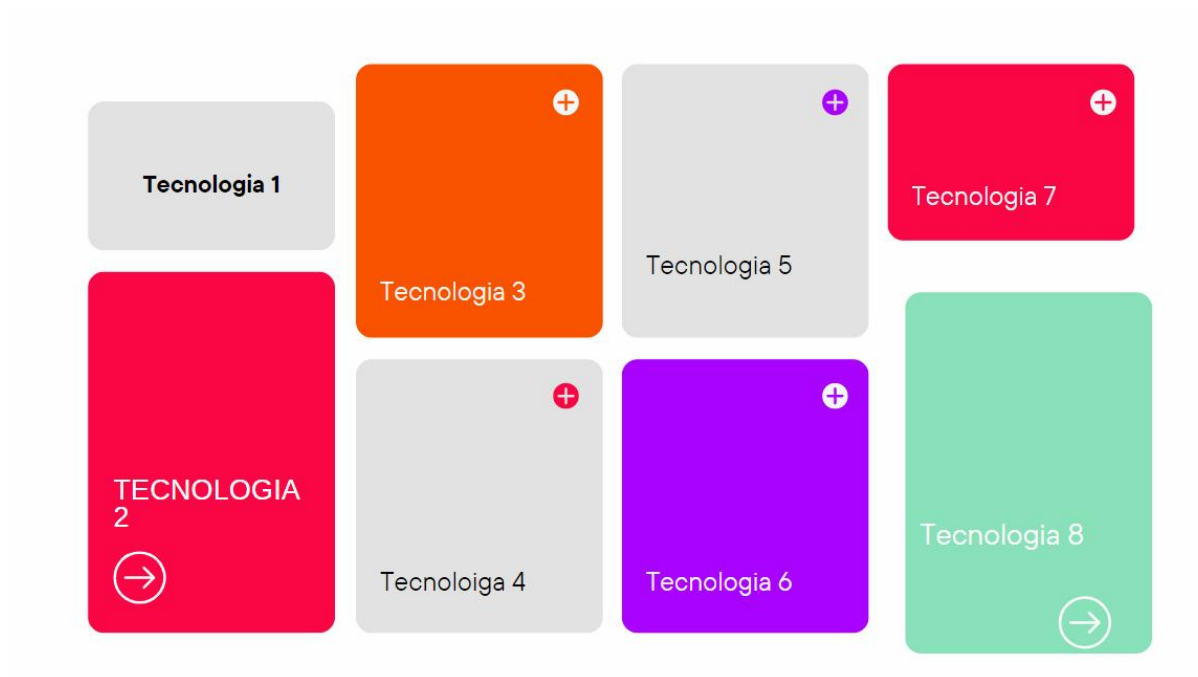


Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Onde em “Contratos de Licenciamento” conste os contratos realizados com a UFSJ, o “SOMOS” seria o acesso a ferramenta que contém as informações sobre as *expertises* do corpo docente da instituição, “*Newsletter*” seria as notícias sobre o NIT, a VT, etc., “Entre em contato” seria um espaço para solicitar informações ou apresentar demandas, diretamente ao NIT da UFSJ.

Após clicar no tipo de patente desejada, será aberto uma nova janela com as tecnologias disponíveis na área escolhida (Figura 25), após selecionar a tecnologia desejada o usuário será redirecionado para um dos modelos proposto conforme figuras 26, 27 e 28. São apresentados três modelos que podem ser utilizados, contendo as informações consideradas relevantes.

Figura 25 – Tecnologias na área da patente desejada



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

FIGURA 26 – Proposta de tela para as tecnologias, modelo 1.

Maio de 2022Patentes em Biotecnologia

PREPARAÇÃO PROBIÓTICA COM PROPRIEDADES ANTI-MICROBIANAS EM COSMÉTICOS E PROCESSOS PARA SUA OBTENÇÃO



INVENTOR: PAULO AFONSO GRANJEIRO
E-MAIL:

Nível de maturidade



Possibilidade de aplicação
Essa tecnologia pode ser utilizada para:

Assista o vídeo explicativo



Pedido de patente:
BR 10 2018 073341-9

Diferencial: CONTEM CÓDONS APLICADO A P. PASTORIS



Descrição

Probióticos são suplementos alimentares de microrganismos vivos com efeitos benéficos no hospedeiro animal pela melhora da microbiota intestinal, aprimoramento da resposta imune e produção de substâncias que inibem o crescimento de outros microrganismos. Dentre os microrganismos considerados probióticos, destaca-se a *Weissella paravesonteroideis* MA. Probióticos apresentam bons resultados para distúrbios específicos no corpo humano, entre eles os aparelhos cutâneos, sendo capazes de prevenir e tratar doenças da pele como acne e dermatite atópica. A presente invenção teve como objetivo isolar, identificar e caracterizar o potencial probiótico da cepa MA e disponibilizar um bioprocesso de sua produção para o uso em um preparado com atividade contra bacterias infecciosas da pele.

**Tem uma necessidade específica?
Entre em contato conosco, clique aqui**





Fonte: Elaborada pela autora (2022).

FIGURA 27 – Proposta de tela para as tecnologias, modelo 2.

DD/MM/AAO

PREPARAÇÃO PROBIÓTICA COM PROPRIEDADES ANTI-MICROBIANAS EM COSMÉTICOS E PROCESSOS PARA SUA OBTENÇÃO



Descrição

Probióticos são suplementos alimentares de microrganismos vivos com efeitos benéficos no hospedeiro animal pela melhora da microbiota intestinal, aprimoramento da resposta imune e produção de substâncias que inibem o crescimento de outros microrganismos. Dentre os microrganismos considerados probióticos, destaca-se a *Weissella paramesenteroides* M4. Probióticos apresentam bons resultados para distúrbios específicos no corpo humano, entre eles os aparelhos cutâneos, sendo capazes de prevenir e tratar doenças da pele como acne e dermatite atópica. A presente invenção teve como objetivo isolar, identificar e caracterizar o potencial probiótico da cepa M4 e disponibilizar um bioproceto de sua produção para o uso em um preparado com atividade contra bactérias infecciosas da pele.

Tem uma necessidade específica?
Entre em contato conosco, clique aqui

INFORMAÇÕES

**INVENTOR: PAULO AFONSO
GRANEIRO**
E-MAIL:

NÍVEL DE MATURIDADE



POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO

Essa tecnologia pode ser utilizada para

ASSISTA O VIDEO EXPLICATIVO



PEDIDO DE PATENTE: BR 10 2018 073341-9

DIFERENCIAL: CONTEM CÔDNOS APLICADO A
P. PASTORIS





Fonte: Elaborada pela autora (2022).

De acordo com as Figura 26 e 27 a data de atualização aparece no canto superior esquerdo e no canto superior direito a área da patente, o título da tecnologia no meio seguido de uma imagem ilustrativa da tecnologia, a logomarca da instituição. A descrição é apresentada no centro e na lateral direita/esquerda as principais informações: nome e e-mail do inventor, o nível de maturidade da tecnologia, a

possibilidade de aplicação, *link* do vídeo explicativo, número do pedido de patente, o diferencial da tecnologia e os *links* de compartilhamento nas redes sociais. Além de um formulário para entrar em contato, caso necessário.

No modelo três, figura 28, a tela será apresentada no formato retrato.

FIGURA 28 – Proposta de tela para as tecnologias, modelo 3.

Maio de 2022
Patentes em Biotecnologia



INVENTOR: PAULO AFONSO GRANJEIRO
E-MAIL:

Nível de maturidade



Possibilidade de aplicação
Essa tecnologia pode ser utilizada para

Assista o vídeo explicativo



Pedido de patente: BR 10 2018 073341-9
Diferencial: CONTEM CÓDONS APLICADO A P. PASTORIS

PREPARAÇÃO PROBIÓTICA COM PROPRIEDADES ANTI-MICROBIANAS EM COSMÉTICOS E PROCESSOS PARA SUA OBTENÇÃO

DESCRIÇÃO

- Probióticos são suplementos alimentares de microrganismos vivos com efeitos benéficos no hospedeiro animal pela melhora da microbiota intestinal, aprimoramento da resposta imune e produção de substâncias que inibem o crescimento de outros microrganismos. Dentre os microrganismos considerados probióticos, destaca-se a *Weissella paramesenteroides* M4. Probióticos apresentam bons resultados para distúrbios específicos no corpo humano, entre eles os aparelhos cutâneos, sendo capazes de prevenir e tratar doenças da pele como acne e dermatite atópica. A presente invenção teve como objetivo isolar, identificar e caracterizar o potencial probiótico da cepa M4 e disponibilizar um bioprocessos de sua produção para o uso em um preparado com atividade contra bactérias infecciosas da pele.

Tem uma necessidade específica?
Entre em contato conosco, clique aqui





Fonte: Elaborada pela autora (2022).

De acordo com a Figura 28 a data de atualização aparece no canto superior esquerdo e no canto superior direito a área da patente, o título da tecnologia no meio, com a imagem ilustrativa da tecnologia ao lado, e na lateral esquerda o nome da instituição. A descrição é apresentada no centro e na lateral esquerda as principais informações: nome e e-mail do inventor, o nível de maturidade da tecnologia, a possibilidade de aplicação, *link* do vídeo explicativo, número do pedido de patente, o diferencial da tecnologia e os *links* de compartilhamento nas redes sociais abaixo da descrição. Além de um formulário para entrar em contato, caso necessário. Incluir também uma versão em inglês do *site* da VT.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A VT pode ser considerada uma excelente ferramenta, com grande potencial, para divulgação das tecnologias desenvolvidas nas ICTs e, em última instância, para auxiliar no processo de TT. Entretanto, ainda apresenta algumas lacunas que devem ser preenchidas para garantir uma maior visibilidade.

Com o presente estudo, foi possível constituir uma visão mais detalhada do cenário atual das VTs. Acredita-se, que ela pode ser o primeiro contato entre a universidade e empresas e que, portanto, deve ser eficiente em, informar a competência e a excelência da ICT e, ser transparente nas ações de inovação desenvolvidas pela ICT.

Para a sua criação recomenda-se levar em consideração o sistema de arquitetura da informação e os critérios de mensuração da qualidade de serviços de portais *web* definidos por Yang Z. e colaboradores (2004). Sugere-se também a solução de um dos mais recorrentes problemas enfrentados pelas ICTs, a escassez da mão de obra. Para isso, buscar junto aos responsáveis o aumento do número de servidores com a qualificação necessária para devolver as atividades inerentes a inovação. E entender que isso é fundamental para o aumento da eficiência. Recomenda-se também a parceria com os profissionais da própria instituição (caso possua profissionais na área da tecnologia) para realizar a revisão do quadro reivindicatório, o que fortalece a tecnologia e aumenta a possibilidade de comercialização futura. Seria interessante também desenvolver uma *newsletter* semanal ou quinzenal, para maior divulgação das tecnologias.

Outro ponto que deve ser melhor trabalhado dentro das ICTs é a cultura da inovação entre toda a comunidade, pois em algumas ICTs muitas pessoas desconhecem o NIT e o trabalho desenvolvido por esse setor, inclusive os próprios pesquisadores. E a falta de comunicação entre os envolvidos pode prejudicar o processo de TT. É necessário também neste momento priorizar o papel desempenhado pelos NITs para nortear as ações de inovação desenvolvidas dentro das instituições.

6 PERSPECTIVAS

O tema ainda permite outros estudos, uma vez que são poucos e cabe um aprofundamento sobre as perspectivas de seu alcance e potencial. Como algumas ICTs ainda estão criando as suas VT e outras possuem a pouco tempo, até o momento essas ICTs não possuem resultados a serem avaliados sobre o impacto causado pelas suas VTs.

Ao longo do trabalho foram identificadas questões que podem ser utilizadas como objetos de pesquisas futuras como: - Como estruturar uma equipe eficiente para manutenção, atualização e alimentação das vitrines tecnológicas; - Como promover a cultura da inovação dentro das ICTs; - A importância da interação universidade-empresa no processo de inovação.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 9241-11**: Requisitos Ergonômicos para Trabalho de Escritórios com computadores - Parte 11 – Orientações sobre Usabilidade. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas. 2000.

AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados** [online], v. 31, n. 90, p. 75-87, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190005>. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190005>. Acesso em: 04 jan. 2022.

AGUSTINHO, E. O.; GARCIA, E. N. Inovação, transferência de tecnologia e cooperação. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 1, p. 223–239, 11 jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/525>. Acesso em: 17 fev. 2021.

ARAÚJO, J. C. 2017. **A contribuição da comunicação nos processos de transferência de tecnologias nas universidades**: o caso da UFMG. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ASSAFIM, H. M. de L. **A Transferência de Tecnologia no Brasil**: Aspectos Contratuais e Concorrencias da Propriedade Industrial. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010.

ASSUMPÇÃO, F. C.; PEREIRA, G. L.; MASCARENHAS, I. M.; RUGANI, I. G.; PIROLA, J. L.; CARNEIRO, M. S. **Estruturação e planejamento de núcleos de inovação tecnológica**. Florianópolis: PRONIT- Implantação e estruturação do arranjo catarinense de núcleos de inovação, 2010. Disponível em: http://brasil.abgi-group.com/wp-content/uploads/2010/10/Manual_PlanejamentoNITs-FINAL.pdf. Acesso em: 13 ago. 2021.

BASTOS, C. P.; BRITO, J. Inovação e geração de conhecimento científico e tecnológico no Brasil: uma análise dos dados de cooperação da Pintec segundo porte e origem de capital. **Rev. Bras. Inov.**, Campinas (SP), v. 16 , n.1, p. 35-62, jan./jun. 2017. Disponível em: file:///F:/ARTIGOS/Inovacao_e_geracao_de_conhecimento_cientifico_e_te.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021

BECKER, D.; MENEGUZZI, M. H.; SCHINDLER, V. W. S.; TRETIN, W.; SANTOS, J. F. dos. Mapeamento patentário em instituições federais de ensino: Estudo comparativo entre o IFSC e o IFC CPITT. **Caderno de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia**, v.1, n.1, dez. 2019.

BEKKERS, R.; FREITAS, I. M. B. Analisando os canais de transferência de conhecimento entre as universidades e a indústria: em que medida os setores também importam? **Política de pesquisa**. v. 37, n. 10, p. 1837-1853, 2008.

BEVAN, N. What is the difference between the purpose of usability and user experience evaluation methods? **Proceedings of the Worshope UXEM**. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/238775905_What_is_the_difference_between_the_purpose_of_usability_and_user_experience_evaluation_methods. 2008

Acesso em: 17 jun. 2021.

BESSANT, J. Challenges in innovation management. In: SHAVININA, L.V. (Org.), The international handbook on innovation. Oxford: **Elsevier Science**, 2003, parte X, cap.1.

BOZEMAN, B. Technology transfer and public policy: a review of research and theory. **Research Policy**, v. 29, n. 4–5, p. 627–655, 1 abr. 2000. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048733399000931>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5296, 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015**. Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc85.htm. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. **Lei 10.973, de 2 dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. **Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005**. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de

30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. **Lei 13.243, de 11 janeiro de 2016**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Relatório FORMICT ANO BASE 2018**: Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Brasil: Brasília, 2019. Disponível: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/tecnologia/propriedade_intellectual/arquivos/Relatorio-Consolidado-Ano-Base-2018.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Manual de Diretrizes**: Identidade Padrão de Comunicação Digital do Poder Executivo Federal, Brasília, 2014. Disponível em: <http://antigo.secom.gov.br/pdfs-da-area-de-orientacoes-gerais/internet-e-redes-sociais/diretrizes-comunicacao-digital-governo-federa-jan2014.pdf-1>. Acesso em: 14 out. 2021.

BUENO, A.; TORKOMIAN, A. L. V., Índices de licenciamento e de comercialização de tecnologias para núcleos de inovação tecnológica baseados em boas práticas internacionais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 23, n. 51, p. 95 -107, jan. /abr., 2018. ISSN 15182924. DOI: 10.5007/1518 2924.2018v23n51p95. Acesso em: 05 jan. 2022.

CAMARGO, L. S. de A. de. **Arquitetura da informação para biblioteca digital personalizável**. 2004. 142f. Dissertação (Mestrado Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/camargo_isa_me_mar.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

CAMPOS, L., OLHER, B.; COSTA, I. Atuação das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior: O Estudo de Caso da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão Deputado Último de Carvalho, MG – BRASIL.

HOLOS, v. 6, p. 222-235, 2015. doi:<https://doi.org/10.15628/holos.2015.2691>
Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2691>.
Acesso em: 16 mar. 2022.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Institucional/História e Missão**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 24 out. 2021.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de Inovação e Desenvolvimento as implicações de política, **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.1, p.35-45, jan./mar., 2005.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Políticas de inovação e desenvolvimento. **Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais/organização de** Diogo R. Coutinho, Maria Carolina Foss, Pedro Salomon B. Mouallem – São Paulo: Blucher, 2017.

CASTIONI, R; MELO, A. A. S. de; AFONSO, M. da C. L. Bolsa produtividade do CNPq na área de Educação: uma análise com foco na Educação Básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e221210, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022020000100566&lng=na Educação=isso. Acesso em: 19 nov. 2021.

CHAI, C. *et al.* Interação Universidade -Empresa: Análise de caso de duas universidades brasileiras. **Race**, Joaçaba, v. 20, n. 1, p. 109-132, jan./abr., 2021.

CHAGAS, E. N.; MUNIZ, J. N. **Propriedade intelectual e pesquisa nas instituições públicas de ensino superior**. Viçosa: Editora UFV, Universidade Federal de Viçosa, 2006.

CHESBROUGH, H.W. **Open innovation: The new imperative for creating and profiting from**. Harvard Business, 2006.

CIRANI, C. B. S. et al., O papel das Agências Públicas de Fomento à Inovação no Brasil. **Brazilian Business Review**, v.13, n.6, p. 217-238, Nov-Dez, 2016. Disponível em: DOI: <http://doi.org/10.15728/bbr.2016.13.63>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CLARK, B. Creating entrepreneurial universities: organization pathways of transformation. **Issues in Higher Education, Emerald Group Publishing Limited**, 1998.

CLOSS, L. Q.; FERREIRA, G. C.. A transferência de tecnologia universidade-empresa no contexto brasileiro: uma revisão de estudos científicos publicados entre os anos 2005 e 2009. **Gestão e Produção**, v. 19, n. 2, p. 419-432, 2012 - Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2012000200014&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 jan. 2021.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Institucional/Apresentação/Histórico**. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/institucional> Acesso em: 24 out. 2021.

CORRÊA, F. **A patente na universidade: contexto e perspectivas de uma política de geração de patentes na Universidade Federal Fluminense** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil, 2007.

CUNHA, S. K da; BULGACOV, Y. L.; MEZA, M. L. F.; BALBINOT, Z. O sistema nacional de inovação e a ação empreendedora no Brasil. **Revista Base** (Administração e Contabilidade) da UNISINOS, v. 6, n. 2, pp. 120-137, maio/ago. 2009.

CRUZ, S.S; SANTOS, A.; FIGUEIREDO, J.M.; SANTOS, I. C. de L.; LEITE, D. B. Transferência de tecnologia sob a ótica da política de inovação e do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Informação. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v.13, n.4, p. 1024-1035, set. 2020.

CZARNITZKI, D.; RAMMER, C. Technology Transfer via the Internet: A Way to Link Public Science and Enterprises? **The Journal of Technology Transfer**, v. 28, n. 2, p. 131–147, 2003. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1023/A:1022990415301>. Acesso em: 17 out. 2021.

DESIDÉRIO, P. H. M.; ZILBER, M. A. Barreiras no processo de transferência tecnológica entre agências de inovação e empresas: observações em universidades públicas e privadas. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 14, n. 2, p. 99-124, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/32190/barreiras-no-processo-de-transferencia-tecnologica-entre-agencias-de-inovacao-e-empresas--observacoes-em-universidades-publicas-e-privadas/i/pt-br>. Acesso em: 13 dez. 2021.

DIAS, A. A.; GARNICA, L. O processo de transferência de tecnologia. In: PORTO, G. **Gestão da Inovação e Empreendedorismo**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

DIAS, A. A.; PORTO, G. S. Como a USP transfere tecnologia?. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 489-507, 2014.

DIAS, A. A.; PORTO, G. S. Gestão de Transferência de Tecnologia na Inova Unicamp. **Revista de Administração Contemporânea**, v.17, n. 13, art. 1, pp. 263-284, Maio/Jun., 2013 - Disponível em: www.anpad.org.br/rac. Acesso em: 22 dez. 2020.

DINIZ, D. M.; MENDONÇA, F. M. de; SIQUEIRA, P. H. de L.; SANTOS, M. G. Transferência de conhecimento entre universidade-empresa (U-E): influência das condições universitárias. **BASE**, v. 17, n. 1, jan./mar., 2020.

ESCOBAR, H. **Orçamento 2021 compromete o futuro a ciência brasileira**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/orcamento-2021-compromete-o-futuro-da-ciencia-brasileira/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**. v. 31, n. 90 São Paulo May/Aug. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200023 Acesso em: 17 fev. 2021.

ETZKOWITZ, H. Innovation in Innovation: The Triple Helix of University-Industry-Government Relations. **Social Science Information**, v. 42, p. 293-337, 2003.

ETZKOWITZ, H. The evolution of the entrepreneurial university. **International Journal Technology and Globalization**, v.1, n.1, p.64-77, 2004.

ETZKOWITZ, H. **Hélice Tríplice**: Universidade-indústria-governo: inovação em movimento. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

FAPs. Fundação de Amparo à Pesquisa. **ANPEI/História e Governança**. Disponível em: <https://anpei.org.br/>. Acesso em: 24 out. 2021.

FARIA, A. F. de *et al.* Promoção da interação universidade-empresa: estudo de caso do CenTev/UFV. In: CONGRESSO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA LATINO-IBEROAMERICANO, 15., 2013, Portugal. **Anais eletrônicos** Porto: FCT, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323542837_Promocao_da_interacao_universidade-empresa_estudo_de_caso_do_CenTevUFV. Acesso em: 15 fev. 2021.

FARIA, B. R. **Avaliação de patentes por abordagens financeiras baseadas em opções reais: estudo de caso de inovações geradas na UFMG**. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FERREIRA, M. L. A.; RAMOS, R. R. Making University-Industry Technological Partnerships work: a case study in the Brazilian Oil Innovation System. **J. Technol. Mang. Innov.**, v. 10, n. 1, p. 173-187, 2015. Disponível em: <ISSN: 0718-2724. <http://www.jotmi.org>. Acesso em: 16 set. 2021.

FERREIRA FILHO, H.L.; ACYPRESTE, R. Pesquisa do IBGE de 2107 revela retrocessos em inovação no Brasil. **Brasil Debate**, 2020. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/pesquisa-do-ibge-de-2017-revela-retrocessos-em-inovacao-no-brasil/> Acesso em: 23 mar. 2022.

FINEP. Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos. **Sobre a FINEP**. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/>. Acesso em: 24 out. 2021.

FREEMAN, C. Technology, policy, and economic performance: lessons from Japan. Pinter Pub Ltd, 1987.

FREEMAN, C. The National System of Innovation in historical perspective. **Cambridge Journal of Economics**, v. 9, n. 1, p. 5-24, 1995 Disponível em: <https://academic.oup.com/cje/article-abstract/19/1/5/1708372?> Acesso em: 13 nov. 2021.

FREEMAN, C. System of innovation in historical perspective. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 3, n. 1, p. 9-34, 2004.

GARNICA, L. A.; TORKOMIAN, A. L. V. Gestão de tecnologia em universidades: uma análise do patenteamento e dos fatores de dificuldade e de apoio à transferência de tecnologia no Estado de São Paulo. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 16, n. 4, p. 624-638, out./dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2009000400011&lng=pt&tng=pt. Acesso em: 07 mar. 2021.

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** - 6ª ed. São Paulo - Editora Atlas S.A. - 2008

GIMENEZ, A. M. N.; BAMBINI, M. D.; BONACELLI, M. B. M. Universidades no sistema de inovação brasileiro: a experiência da Unicamp na promoção de uma cultura da propriedade intelectual, empreendedorismo e inovação. **Cadernos de Prospecção**, v. 9, n. 1, p. 18, 2016.

HAGIU, A.; YOFFIE, D. B. The New Patent Intermediaries: Platforms, Defensive Aggregators, and Super-Aggregators. **Journal of Economic Perspectives**, v. 27, n. 1, p. 45–66, fev. 2013. Disponível em: <http://pubs.aeaweb.org/doi/10.1257/jep.27.1.45>. Acesso em: 19 out. 2021.

HOYE, K.; PRIES, F. Repeat commercializers, the habitual entrepreneurs of university-industry technology transfer. **Technovation**, v. 29, n.10, p. 682-689, 2009. doi: 10.1016/j.tevhonovation.2009.05.008

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Ranking dos depositantes residentes no país. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-deconteudo/estatisticas/relatorios/outros_relatorios. Acesso em: 20 mar. 2020.

ITO JUNIOR, K. **Dimensões da política de propriedade intelectual na universidade federal do Tocantins: estudo de caso na reitoria e campus de Palmas à luz da Lei de Inovação**, 2016. 172 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

IZIQUE, C. Comunidades Acadêmicas e empresarial analisam investimentos públicos em CT&I. **Agência FAPESP**, 2021. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/comunidades-academica-e-empresarial-analisam-investimentos-publicos-em-ct-i/36259/>. Acesso em: 17 mar. 2022

KATZ, I. S.S.; PRADO, F. O.; SOUZA, M. A., Processo de implantação e estruturação do Núcleo de Inovação Tecnológica. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 18, n. 1, p. 225-251, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/1112#:~:text=As%20a%C3%A7%C3%B5es%20de%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20e,da%20institui%C3%A7%C3%A3o%20pelo%20NIT%2DIP>. Acesso em: 28 dez. 2021

KLEVORICK, A. K.; LEVIN, R.; NELSON, R.; WINTER, S. On the sources and significance of inter-industry differences in technological opportunities. **Research**

Policy, v. 24, n. 2, p. 185-205, March 1995. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0048733393007621>. Acesso em: 24 out. 2021.

LEAL, C. I. S.; FIGUEIREDO, P. N. Inovação tecnológica no Brasil: desafios e insumos para políticas públicas. **Revista de Administração Pública** [online]. 2021, v. 55, n. 3 pp. 512-537. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200583>. Epub 09 Jul 2021. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200583>. Acesso em: 19 fev. 2022.

LEMOS, C. **Inovação na era do conhecimento**. Informação e Globalização na Era do Conhecimento, Rio de Janeiro, Ed. Campus Ltda, capítulo 5, pp.12-144, 1999.

LETA, J. Indicadores de desempenho, ciência brasileira e a cobertura das bases informacionais. **Revista USP**. v. 89, p. 62-77, 2011.

LEYDESDORFF, L. The Knowledge-Based Economy and the Triple Helix Model. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 44, p. 367-417. 2010.

LICHTENTHALER, U.; ERNST, H. Innovation Intermediaries: Why Internet Marketplaces for Technology Have Not Yet Met the Expectations. **Creativity and Innovation Management**, v. 17, n. 1, p. 14–25, 1 mar. 2008. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1467-8691.2007.00461.x>. Acesso em: 18 out. 2021.

LIPSCOMB, M.; MCEWAN, A.M. O Modelo TCS: Um Método Eficaz de Transferência de Tecnologia na Universidade de Kingston, Reino Unido. **Indústria e Ensino Superior**, v. 15, n. 6, p. 393–401. Disponível em: <https://doi.org/10.5367/000000001101295984>. Acesso em: 21 mai. 2021.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da Informação e do Conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 248.

LOTUFO, R. de A. A institucionalização de Núcleos de Inovação Tecnológica e a experiência da Inova Unicamp. In: SANTOS, M. E. R. dos; TOLEDO, P. T. M. de; LOTUFO, R. de A. (Orgs.). **Transferência de Tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica**. Campinas, SP: Komedi, 2009. p. 41-73. Disponível: [https://www.inova.unicamp.br/sites/default/files/documents/Livro%](https://www.inova.unicamp.br/sites/default/files/documents/Livro%20Transferencia%20de%20Tecnologia.pdf). Acesso em: 08 set. 2021.

LUNDEVALL, B.A., **National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning**, Pinter Publishers, London, 1992.

MALVEZZI, F. A.; ZAMBALDE, A. L. . Abordagem de marketing no processo de inovação tecnológica em uma universidade mineira. **Revista FSA** (Faculdade Santo Agostinho), v. 10, n. 1, p. 25-39. 2013.

MALVEZZI, F. A.; ZAMBALDE, A. L.; REZENDE, D. C. de. Marketing de Patentes

à Inovação: Um estudo multicaso em Universidades Brasileiras. **Revista Brasileira de Marketing ReMark**, v. 13, n. 5, Jul./Set., 2014 - Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/issue/view/531>. Acesso em 04 jan. 2021.

MARINHO, R. B. **Arquitetura de Informação para a Web: projetando a experiência do usuário no Portal de Periódicos CAPES**. 2012. Dissertação (Mestrado Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012 Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7825/1/Rafael%20Marinho%20-%20Dissertacao.pdf>. Acesso: 04 abr. 2022

MEDEIROS, D. N. **O design de vitrines web para transferência de tecnologia no contexto de universidades e institutos de pesquisa públicos brasileiros**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desing) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39817>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MEDEIROS, D. N.; SOUTO, V. T. Vitrines tecnológicas: a informação facilitada sobre patentes na web. **II SENGI - Simpósio de Engenharia, Gestão e Inovação - Águas de Lindóia - São Paulo**, maio de 2019 - Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337826624_Vitrines_tecnologicas_a_informacao_facilitada_sobre_patentes_na_web. Acesso em: 04 jan. 2021.

MEDEIROS, D. N.; SOUTO, V. T.; SILVA, T. B. P. Vitrines tecnológicas: o Design de websites sobre tecnologia de instituições públicas de ensino e pesquisa brasileiras. **9º CIDI - 9º CONGIC - Novembro/2019** - Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/vitrines-tecnologicas-o-design-de-websites-sobre-tecnologia-de-instituies-pblicas-de-ensino-e-pesquisa-brasileiras-33742>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MELO, J. dos S. **Proposta de reestruturação da Vitrine Tecnológica da Universidade de Brasília sob a perspectiva da arquitetura da informação**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018 - Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34548/1/2018_JanainadosSantosMelo.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

MOURA, A. M. M. De; JUNIOR, R. F. G.; MAGNUS, A. P. M.; BOCHI, F. dos S.; SCARTASSINI, V. B., Panorama das patentes depositadas no Brasil: uma análise a partir dos maiores depositantes de patentes na bas Derwnt Innovations Index. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**. v.13, n. 2.06, p. 59-68, 2019. ISSN 1981-1640. <https://doi.org/10.36311/1981-1640>.

MOURA, E. G. de; CAMARGO JÚNIOR, K. R. de. A crise no financiamento da pesquisa e pós-graduação no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 4, 2017: e00052917. Disponível em: http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static/arquivo/csp_0529_17_Crise-pt.pdf. Acesso em: 17mar. 2022.

MORVILLE, P.; ROSENFELD, L.; ARANGO, J. **Information Architecture: For the Web and Beyond**. 4.ed. Sebastopol: O'Reilly Media, 2015.

MORVILLE, P.; ROSENFELD, L. **Information Architecture for the World Wide Web**. 3. ed. Cambridge: O'Reilly, 2006.

NELSON, R. **National Innovation Systems. A comparative Analysis**. Oxford University Press, New York & Oxford, 1993. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=C3Q8DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR7&dq=National+Innovation+Systems.+A+comparative+Analysis+Oxford+University+Press,+New+York+%26+Oxford,&ots=dIM0jTvlkD&sig=I8h3RORXJ7f5d05kHT6nsuliE50#v=onepage&q=National%20Innovation%20Systems.%20A%20comparative%20Analysis%20Oxford%20University%20Press%2C%20New%20York%20%26%20Oxford%2C&f>. Acesso em: 25 nov. 2021.

NELSON, R. **As fontes do crescimento econômico: clássicos da inovação**. Campinas, Editora da Unicamp, 499 p. 2006.

OCDE/Eurostat (2018), **Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation**, 4 th Edition, The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities, OECD Publishing, Paris/Eurostat, Luxembourg. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oslo-manual-2018_9789264304604-en#page22. Acesso em: 01 maio 2021.

PAES, J. E. S. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. 7.a ed. – São Paulo: Forense, p. 259-295. 2010.

PALUMA, T.; TEIXEIRA, E. D. O marco legal da inovação e o aumento da interação entre universidade e empresa: contribuições para a consolidação do direito fundamental ao desenvolvimento. **Revista Brasileira Políticas Públicas**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 351-370, 2019.

PARKER, D. P.; ZILBERMAN, D. University Technology Transfers: Impacts on Local and U.S. **Economies Contemporary Policy Issues**, v. 11, p. 87-99, 1993. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1465-7287.1993.tb00382.x>.

PEREIRA, J. M.; KRUGLIANSKAS, I., **Gestão de Inovação: A Lei de Inovação Tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica do Brasil**. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 2, Art. 18, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/dsjQSfvMtrSkVd95WmLLf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

PIRES, M. C. F. S. **Política Pública de Incentivo à Inovação - Uma proposta de criação da Vitrine Tecnológica na Universidade Federal de Alagoas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Alagoas, Macéio, 2018 - Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/3554/1/Pol%C3%ADtica%20p%C3%BAllica%20de%20incentivo%20%C3%A0%20inova%C3%A7%C3%A3o%3A%20uma%20proposta%20de%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20vitrine%20tecnol%C3%B3gica%20na%20Universidade%20Federal%20de%20Alagoas%20%28UFAL%29.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PLONSKI, G. A. Bases para um movimento pela inovação tecnológica no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n. 1, p.25-33, mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/JN6ZCCFhNyn4jWBtw3jJs5D/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 15 ago. 2021.

PORTO JÚNIOR, F. G. R.; RIBEIRO, M. S.; PESSOA, W. M. Requisitos para valoração de patentes em universidades: o caso da Universidade Federal de Tocantins. **Revista Desafios**, v. 8, n. 1, 2021.

PÓVOA, L. M. C.; RAPINI, M. S. Transferência de tecnologia de universidades e institutos públicos de pesquisa para empresas no Brasil: o que é transferido e como a transferência é realizada. **Ciência e Políticas Públicas**, v. 37, Edição 2, p. 147–159 mar. 2010, DOI: <https://doi-org.ez32.periodicos.capes.gov.br/10.3152/030234210X496619>
Disponível em: <https://academic-oup-com.ez32.periodicos.capes.gov.br/spp/article/37/2/147/1619312>. Acesso em: 21 jan. 2022.

QUANDT, C. O. Redes de cooperação e inovação localizada: estudo de caso de um arranjo produtivo local. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 9, n. 1, pág. 141-166, 2012.

RACY, J. C; SILVA, E.A. Indústria e universidade: a cooperação internacional e institucional e o protagonismo da mobilidade estudantil nos sistemas de inovação da Alemanha. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 569-584, abr./jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201608146243> Acesso em: 22 mar. 2022.

RAITT, D. South African journal of information management. **South African Journal of Information Management**, v. 4, n. 3, 1 set. 2002. Disponível em: https://journals.co.za/content/info/4/3/AJA1560683X_179. Acesso em: 10 out. 2021.

RAUEN, C. V. O Novo Marco Legal da Inovação no Brasil: o que muda na relação ICT-empresa? **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, v. 43, p. 21-35. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6051>. Acesso em: 15 out. 2021.

RASMUSSEN, E. Government instruments to support the commercialization of university research: lessons from Canada. **Technovation**, v. 28 n. 8, p. 506-517, 2008.

RIBEIRO, S. J. L. et al. Elaboração de perfis de tecnologia: uma ferramenta voltada para o marketing tecnológico. In: **CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP**, 2015, São Paulo. Anais eletrônicos São Paulo: UNESP, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/142808>. Acesso em: 15 fev. 2021.

RIBEIRO, N. M. Prospeção Tecnológica, V.2, IFBA, 2019 Disponível em: <https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2019/02/PROFNIT-Serie-Prospeccao-Tecnologica-Volume-2.pdf>. Acesso em: 19 jul 2022.

ROGERS, E. M.; TAKEGAMI, S.; YIN, J. Lessons learned about technology transfer. **Technovation**, v. 21, p. 253-261, 2001.

RUIZ, S. M. de A.; MARTNES, C. D. P. Universidade Empreendedora: Proposição de um modelo teórico. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 48, jul./set., 2019. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8249>. Acesso em: 19 out. 2021.

SAEGER, M. M. de M. T. et al. Organização, acesso e uso da informação: componentes essenciais ao processo de Gestão da Informação nas organizações. **Páginas a&b - Arquivos e Bibliotecas**, Porto, v. 3, n. 6, p. 52-64, 2016. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/1545/1590>. Acesso em: 13 out. 2021.

SAMPAT, B. N.; MOWERY, D. C.; ZIEDONIS, A. A. Changes in university patents quality after the Bayh-Dole Act: a re-examination. **International Journal of Industrial Organization**, v. 21, p. 1371-1390, 2003 Disponível em: [https://www-sciencedirect.ez32.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0167718703000870?via%3Dihub](https://www.sciencedirect.ez32.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0167718703000870?via%3Dihub). Acesso em: 21 jan. 2022.

SANTOS, A. B. A. dos; FAZIONE, C. B.; MEROE, G. P. S de Inovação: Um Estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter. **Caderno de Administração**, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/9014>. Acesso em: 06 out. 2021.

SANTOS, M. E. R. dos; TOLEDO, P. T. M. de; LOTUFO, R. de A. (Orgs.). **Transferência de Tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica**. Campinas, SP: Komedi, 2009. p. 41-73. Disponível: <https://www.inova.unicamp.br/sites/default/files/documents/Livro%20Transfer%C3%AAncia%20de%20Tecnologia.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

SCHUH, G.; AGHASSI, S.; VALDEZ, A. Supporting technology transfer via web-based platforms. 2013, **San Jose: IEEE**, 2013. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/6641684>. Acesso em: 17 out. 2021.

SCHUMPETER, J.A. **The theory of economic development**. São Paulo: Nova Cultura, 1988

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SERZEDELLO, N. T. B.; TOMAÉL, M. I. Produção tecnológica da Universidade Estadual de Londrina (UEL): mapeamento da área de Ciências Agrárias pela Plataforma Lattes. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 1, n. 1, p. 23-37, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41281> Acesso em: 15 fev. 2021.

SIEGEL, D. S.; VEUGELERS, R.; WRIGHT, M. (2007). Technology transfer offices

and commercialization of university intellectual property: performance and policy implications. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 23, n. 4, p. 640–660.

SOLY, B. Lei de Inovação: instrumentos de estímulo à inovação nas empresas **Radar Inovação** ABGI, 2022 Disponível em: [Lei de Inovação: instrumentos de estímulo à inovação nas empresas - ABGI Brasil \(abgi-group.com\)](https://www.abgi-group.com/leideinovacao). Acesso em: 06 jan. 2022.

SONEGO, D. É preciso que o setor privado enfrente mais o risco da inovação. **Época Negócios**, out. 2016. Seção Carreira. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2016/10/e-preciso-que-o-setor-privado-enfrente-mais-o-risco-da-inovacao.html>. Acesso em: 14 jul 2022.

SORENSEN, J. A. T.; CHAMBERS, D. A. Evaluating academic technology transfer performance by how well access to knowledge is facilitated—defining an access metric. **The Journal of Technology Transfer**, v. 33, n.5, p. 534-547, 2008.

SORIA, A. F.; FERREIRA, G. C. Formas de Transferência de Tecnologia na Interação Universidade-Empresa: O Caso PUCRS. In: **XXVII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**, 2012, Salvador/BA.

SOUSA, J. C. Processo de Inovação em abordagem multidisciplinar. **Gestão Organizacional**. v. 4, n. 2, mai./ago. 2006. Disponível em: www.gestaorg.dca.ufpe.br. Acesso em: 17 mai. 2021.

TAKAKI, A.; CAMARGO, H.; MENDES, R.; SENNES, R. Propriedade intelectual e inovação: uma análise de dez instituições brasileiras. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 26, jun., 2008.

TOLEDO, P. M., **A gestão da inovação em universidades: evolução, modelos e propostas para instituições brasileiras**. 2015. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2015.

TOMAÉL, M. I; ALCARÁ, Adriana R.; DI CHIARA, Ivone G. Das redes sociais à inovação. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2005. Disponível em: scielo.br/j/ci/a/WTMRGVXjNdLNLdWGBD5HTXb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 out. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP. Disponível em: <https://patentes.inova.unicamp.br/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP. Disponível em: <http://www.patentes.usp.br/advancedsearch.aspx>. Acesso em: 13 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. CONSU. Resolução nº 046, 2006. Estabelece regras para a utilização do sítio da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ. Disponível em: https://sig.ufsj.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 10 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ. Disponível:
https://ufsj.edu.br/copin/portfolio_de_tecnologias.php. Acesso em: 1 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN. Disponível em:
<https://agir.ufrn.br/vitrine/patentes>. Acesso em: 13 jun. 2021.

VARRICHIO, P. C.; RAUEN, C. V., Promoção à Inovação por meio das políticas institucionais nas universidades brasileiras: Uma reflexão sobre as iniciativas aprovadas entre 2016 e 2020. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 23, n.2, p.1-28, dez. /mar., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina ISSN 2175 - 8085. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2020.e67407>. Acesso em: 10 jan. 2022.

VASCONCELOS, E. P. **Valoração de intangíveis no contexto de negociação e transferência de tecnologias desenvolvidas em Universidades Públicas Brasileiras**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-ARMG4A>. Acesso em: 1 abr. 2020.

WRIGHT, M. et al. Academic entrepreneurship and business schools. **Journal Technology Transference**, New York, v. 34, n. 6, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10961-009-9128-0>. Acesso em: 11 mai. 2021.

WRIGHT, M. David Audretsch and New Directions in Spillover Academic Entrepreneurship. In: Lehmann, E., Keilbach, M. (eds) From Industrial Organization to Entrepreneurship. **Springer**, Cham. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-25237-3_17. Acesso em: 15 ago. 2021.

YANG, Z.; CAI, S.; ZHOU, Z.; ZHOU, N. Development and validation of an instrument to measure user perceived service quality of information presenting web portals. **Information & Management** v. 42, n. 4, p. 575–589, 2005. doi:10.1016/j.im.2004.03.001 Disponível em: www.sciencedirect.com. Acesso em: 13 jun. 2019.

ZEN, A. C.; LÓPEZ, A. I. J.; DAMBROS, A. M. F; MENEZES, D.C.de; MACHADO, B. D. Análise sobre a interação da Triple Helix em um programa público federal: um estudo dos núcleos de apoio à gestão da inovação (NAGIS). **RECADM**, v.15 , n. 3, p. 153-169, set./dez., 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/163310>. Acesso em: 17 dez. 2021.